

40 anos de democracia



Desafios para o futuro

O ex-governador Cristovam Buarque citou que o país ainda tem dívidas a pagar com a democracia: nível alto de corrupção e corporativismo estatal

» RAPHAEL PAT
» EDUARDA ESPOSITO
» MAIARA MARINHO

Apesar de já transcorridas quatro décadas da posse de José Sarney como presidente da República, que consolidou a volta de um regime democrático no país, o Brasil ainda tem dívidas a pagar para com a democracia, é o que pensa o ex-governador do Distrito Federal e ex-senador Cristovam Buarque, que participou ontem do evento *Democracia 40 anos: conquistas, dívidas e desafios*. O seminário suprapartidário foi organizado pela Fundação Astrojildo Pereira (FAP) e pelo partido Cidadania, e contou com o apoio do **Correio**.

Entre as "dívidas" citadas pelo ex-governador, ainda está o nível alto de corrupção, alinhado ao alto nível de corporativismo estatal. "O Brasil é profundamente dividido em corporações. Temos 90 milhões de processos jurídicos atualmente, e isso é fruto de um corporativismo", considerou.

Também mencionou a questão do Bolsa Família, criado durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e que, segundo Cristovam, deveria ter um prazo para terminar. "Ainda não temos uma estratégia para diminuir a pobreza do Brasil. Não temos uma estratégia para dizer que daqui a 20 anos vamos acabar com o Bolsa Família no Brasil", acrescentou o político.

Diante disso, o ex-governador concluiu a exposição durante o evento levantando uma reflexão sobre a importância da educação básica no país, que, segundo ele, vem sendo relativizada nos últimos anos. Acrescentou que o futuro do planeta depende, principalmente, das novas gerações. "A solução para o equilíbrio ecológico está nas crianças, que precisam de um grande programa de conscientização ecológica. Criar um grande programa de educação, com toda a escola, para a preocupação do equilíbrio ecológico, da sustentabilidade", frisou.

Defesa democrática

Na abertura do evento, o ex-deputado e presidente do Cidadania, Comte Bittencourt, afirmou que o encontro tem a importância de relembrar um momento histórico com a posse de José Sarney como presidente, após a morte de Tancredo Neves. "Portanto, decidimos registrar esses 40 anos da redemocratização brasileira com a posse novamente de um presidente civil", afirmou o ex-deputado.

Bittencourt exaltou o papel do ex-presidente José Sarney no processo da redemocratização e de garantir uma nova Carta Magna. "Todos esses constituintes devolveram ao Brasil, com a posse (Sarney), aquilo que é mais caro para o cidadão: a sua

Mariana Campos/CB/DA Press



Cristovam discursa durante o evento no Panteão: "O Brasil é profundamente dividido em corporações"

Mariana Campos/CB/DA Press



Guilherme Machado (D), presidente do Correio, ao lado de Sarney

Mariana Campos/CB/DA Press



O presidente do Cidadania, Comte Bittencourt: história relembra

liberdade, os seus direitos civis, seu direito de exercer plenamente a sua cidadania", disse.

O ex-deputado também não deixou de lembrar do filme *Ainda estou aqui*, de Walter Salles, e fez uma conexão com a história recente e passada do país. "E não é apenas *Ainda estou aqui* que o Brasil comemora, belo filme de Walter Salles, todos nós ainda estamos aqui, em defesa da democracia, das instituições, em defesa da cidadania", concluiu.

O presidente do **Correio Braziliense**, Guilherme Machado, também exaltou a coragem de

José Sarney e Tancredo Neves ao lutarem pela retomada da democracia no país. "Estamos aqui para celebrar os 40 anos da redemocratização do Brasil, para homenagear todos aqueles que trabalharam incessantemente para encerrar um regime de autoritarismo e retomar a constituição de um país mais moderno, mais inclusivo, mais tolerante, mais democrático", destacou.

Machado também relembrou o triste episódio de 8 de janeiro de 2023, no qual considerou "um dos episódios mais sombrios da nossa história". "Com paus, pedras e

Exposição segue até dia 23

O **Correio** promove a exposição fotográfica *A Festa da Democracia*, com 22 imagens que retratam a transição democrática. A mostra continua em exibição até 23 de março, das 9h às 16h, no Panteão, no primeiro pavimento.

bombas, agrediram violentamente os símbolos que representam o Estado Democrático de Direito. Como cidadão brasileiro, espero, sinceramente, que aquelas cenas nunca mais se repitam na capital da República ou em qualquer unidade do país", disse.

Papel da imprensa

O jornalista Luiz Carlos Azezo, colunista do **Correio**, destacou que o papel da imprensa foi resgatado nos tempos atuais, devido às complexidades das novas tecnologias e o uso de inteligência artificial para produção de notícias falsas. "Hoje qualquer cidadão com um celular registra acontecimentos importantes em tempo real, ao mesmo tempo que é um resultado da democratização do acesso à tecnologia e informação", levantou.

"Mas também é capaz de produzir informações nas redes sociais como se tivessem existido, é um elemento que coloca em xeque as relações pessoais e as instituições e resgata o papel da imprensa na democracia para filtrar o que é ou não verdade", acrescentou o jornalista. Para Azezo, a sociedade brasileira vive uma guerra na informação, e isso é um ingrediente novo na democracia. "Alguma coisa precisa ser feita para evitar que isso nos leve nas águas turbulentas da crise institucional", destacou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azezo



luizazedo.df@dabr.com.br

Posse de Sarney mostrou que nossa democracia não é para principiantes

Como resistir ao chiste de Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim, o Tom Jobim, sobre a complexidade da terra em que nascemos: "O Brasil não é para principiantes"? Esses 40 anos de redemocratização são uma prova disso. Alguns, ainda hoje, por incompreensão política ou dogma ideológico mesmo, ainda torcem o nariz para o ex-presidente José Sarney, cuja posse, em 15 de março de 1985, marcou o fim da ditadura militar. Entretanto, foi o político que legalizou os partidos comunistas e convocou a Constituinte de 1985, sem a qual não teríamos as instituições capazes de barrar a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, cujo objetivo era destituir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ontem, comemorou-se a posse de Sarney como um marco inaugural da ordem democrática que temos hoje, num evento histórico realizado no Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, pela Fundação Astrojildo Pereira e o Cidadania, com apoio do **Correio** Braziliense. Hoje, em Copacabana, haverá uma grande manifestação de apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro e em defesa da anistia aos condenados por invadirem os prédios da Praça dos Três Poderes, vandalizando o Palácio do Planalto, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Esse é um retrato do "estado da arte" na qual a democracia brasileira se encontra, um momento complexo, como outros que já vivemos e devemos revisitar, para compreender no passado os riscos que corremos do presente. A transição do regime militar para a democracia não foi fruto de um projeto nem de uma ruptura política radical. Havia, sim, um projeto de institucionalização do regime militar, que propunha uma espécie de "mexicanização" do Brasil, num modelo parecido com o do Partido da Revolução Institucional (PRI), que governava o México há décadas, mais ou menos como ocorre hoje na pequena Cingapura, com o Partido da Ação Popular, uma síntese de modernização com partido dominante, que serve de modelo para regimes "iliberais" no mundo.

O modelo liberal adotado por Roberto Campos no governo Castelo Branco, logo após o golpe militar de 1964, derivou na década de 1970 para um modelo capitalismo de Estado, que havia sido expandido pelos militares e entrara em crise com o

"choque do petróleo" de 1975. Houve também a perda de controle do processo de distensão política que havia sido implementado pelo governo Geisel para conter a oposição, ainda que a política de extermínio de líderes oposicionistas tenha se mantido em seu governo, até a morte do jornalista Vladimir Herzog e o do operário Manuel Fiel, em 1975, numa unidade do Exército em São Paulo.

Tanto os militares fracassaram nesse processo, quanto os setores da oposição que imaginavam uma ruptura com o regime que se confundisse com uma revolução, como ocorreu na Nicarágua, em 1979. A anistia aprovada pelo Congresso no governo de João Figueiredo foi mais um exemplo de que as coisas no Brasil sempre têm singularidade: tanto os oposicionistas quanto carcereiros, torturadores e assassinos foram amistiados. A volta dos principais líderes de oposição à vida política veio acompanhada de uma reforma partidária que restabeleceu o pluripartidarismo e deu início a um processo de transição política cuja gênese política pode ser localizada na espetacular vitória eleitoral do MDB em 1974.

Frente ampla

Os grupos que haviam aderido à luta armada foram dizimados pelos órgãos de repressão, porém, as vitórias eleitorais consolidaram o MDB como principal estuário da oposição e pôs em xeque o projeto de institucionalização do regime. A política de frente democrática reagrupou as forças que haviam sido responsáveis pela eleição do presidente Juscelino Kubitschek, em 1955: liberais (PSD), trabalhistas (PTB), socialistas (PSB) e comunistas (PCB). Sua consolidação, com um programa que defendia a anistia e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, se daria com uma nova vitória eleitoral em 1978.

Entretanto, essa aliança não era suficiente para mudar o regime. Os fatores decisivos eram uma mistura de azeite e vinagre: de um lado, a emergência de um novo sindicalismo do ABC, cujas bases estavam nas grandes empresas da modernização conservadora promovida pelo regime militar e deu aos trabalhadores em geral um novo protagonismo político; de outro, a ampliação da frente democrática para além do MDB, com atração de dissidentes do PDS, a antiga Arena, como o senador Teotônio Vilela (AL), líder da campanha da anistia, que percorria as cadeias para visitar os prisioneiros políticos.

Imediatamente após a grande frustração popular pela derrota da Emenda Dante de Oliveira (MDB-MT), que propunha a volta das eleições diretas para a Presidência da República, a mobilização popular e a ampliação das alianças para setores dissidentes do regime foram decisivas para a eleição de Tancredo Neves, tendo como vice-presidente José Sarney, no colégio eleitoral, em 15 de janeiro de 1985. A frente democrática era mais ampla que o MDB, ao incorporar a dissidência do PDS que formou o PFL e indicou para vice-presidente da República o político maranhense, cuja origem era a antiga UDN bossa nova. Quis a força do destino que assumisse a Presidência e o protagonismo da reconciliação nacional. A verdadeira ruptura com o regime militar a convocação da Assembleia Nacional Constituinte pelo presidente Sarney.

Rumo para as Forças Armadas

O ex-ministro da Defesa e ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Raul Jungmann considera que os representantes do poder civil devem assumir o compromisso de estabelecer o rumo das Forças Armadas. Mencionando o 8 de Janeiro, como um marco de distensão entre os militares e as forças políticas, o ex-ministro disse que é preciso ouvir os apelos dos representantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para construir um discurso coeso e democrático entre os poderes.

"Se nós queremos, de fato, contar com Forças Armadas plenamente democráticas, nós temos que dar um rumo a elas", disse Jungmann, que ainda criticou a ausência de uma nova

política estratégica nacional de defesa — a última foi aprovada em 2012 — e que o momento atual exige uma maior atenção do poder civil sobre a atuação das Forças Armadas.

O advogado e professor de direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Marco Marrafon acredita que a vigilância na democracia é sempre necessária, pois, segundo ele, "o cão do fascismo está sempre no cio buscando o seu lugar".

Diante disso, o advogado considera que há uma crise geral no atual sistema político brasileiro, que passaria por uma excessiva politização do poder Judiciário. "Quando juízes viram políticos, nós não temos juízes e não

temos Estado de Direito", argumenta. Além disso, também se dá por uma crise de eficácia e efetividade do poder Executivo e de uma "degradação institucional" do poder Legislativo.

O historiador Alberto Aggio avalia que essa crise não é apenas institucional, mas também dos sujeitos políticos e democráticos do país. "Precisamos entender e difundir o que nós fizemos, garantir que essa democracia se sustente pelo sentido que ela deu à história do Brasil". O desafio agora, portanto, é voltar a reflexão para o que queremos a partir daqui. "Eu saio desse evento levando no meu coração e na minha cabeça que a nossa ambição é transformar

o mundo pela via da democracia", comentou.

Já o cientista político norte-americano Mark Lilla, que traz o exemplo atual dos Estados Unidos, avalia que o cenário não é positivo para a democracia liberal no mundo e, principalmente, no seu país. Para o professor, estudos sobre o tema, a primeira eleição de Donald Trump, em 2016, marcou o fim de uma era que durava desde a Segunda Guerra Mundial. "O conservadorismo na América fez um vácuo político. Enquanto a direita se moveu para a direita, os eleitores da esquerda se moveram para a esquerda, e isso só alienou mais eles", sustentou o cientista político. (RP e MM)